

## POLÍTICA CULTURAL: ACÇÃO OU OMISSÃO<sup>1</sup>

Alexandre Melo

Os problemas que se levantam a quem queira fazer avaliação de políticas culturais são múltiplos, complexos e muito diversificados na sua natureza.

Uma primeira série de problemas é de natureza prática e metodológica. Começa por ser difícil obter e reunir informações quantitativas que permitam elaborar séries consistentes que possam servir de base a análises comparativas fundamentadas. Por outro lado, é também extremamente difícil averiguar até que ponto um determinado objectivo de uma política cultural foi ou não atingido e com que nível de conseguimento e qual a eficácia específica de cada uma das medidas que visou atingi-lo.

Mas as dificuldades para as quais aqui queremos chamar a atenção situam-se antes, ou depois, das análises concretas dos efeitos de medidas concretas de política cultural e dizem respeito ao problema da própria definição dos objectivos da política cultural. Um problema em que as clivagens políticas e ideológicas se cruzam com os simples jogos de linguagem e que por isso servem frequentemente para alimentar discussões equívocas em que uma insuficiente clarificação de noções permite arrastar polémicas cujo verdadeiro alcance e conteúdo acaba por não chegar a ser perceptível.

Para darmos um exemplo deste tipo de dificuldades de definição conceptual de uma noção, vamos tomar um dos objectivos mais simples e consensuais da política cultural, e também um daqueles em torno dos quais se podem gerar, e geram, mais equívocos e mais polémicas, nem sempre claras.

A democratização é, aparentemente, um objectivo consensual para todas as áreas políticas e para todas as políticas culturais. Veremos, no entanto, que embora haja zonas relativamente pacíficas, outras há em que a conflitualidade das definições ou das interpretações ganha um peso considerável.

A noção de democracia cultural, nas suas várias vertentes, prende-se com áreas como a educação ou as indústrias culturais e respectivos mercados. Prende-se também, de uma forma

---

<sup>1</sup> O depoimento aqui publicado resulta da comunicação apresentada pelo autor na 1ª Mesa Redonda promovida pelo Observatório das Actividades Culturais, sobre o projecto Políticas Culturais Nacionais, realizada no Centro Cultural de Belém a 14 de Maio de 1997. Foi publicado na secção Debate (Equívocos e Complexidades na Definição de Políticas Culturais) da versão impressa da revista OBS.

muito directa, com noções tão essenciais como as de descentralização – ou regionalização, que não é exactamente a mesma coisa – e pluralismo, uma noção que no âmbito da política cultural se pode tornar muito menos evidente do que, à partida, parece.

Nesta ampla zona de vizinhanças conceptuais da definição de democratização cultural existem, sem dúvida, áreas e objectivos que parecem pacíficos. É o caso da melhoria das condições de acesso das populações à formação e informação cultural de base e tudo o que ela implica no âmbito do sistema de ensino e da rede de serviços culturais básicos. Ainda assim, mesmo aqui se pode discutir se a política cultural em sentido estrito deve ter uma acção autónoma nesta área ou se todos os esforços devem ser canalizados para a sua convergência com as políticas de ensino e educação. Também o objectivo de descentralização, ou seja, de alargamento geográfico da acessibilidade aos bens culturais, é, à partida, pacífico. No entanto, há que discutir se essa dinâmica deve ser coordenada a partir de uma ou várias instâncias ou se o essencial do esforço estruturador deve ser vocacionado para a criação de pólos e instâncias regionais e locais autónomas e auto-sustentadas – no quadro de uma efectiva regionalização. Sendo que esta opção implica ainda uma opção de separação entre os bens e acções culturais que reclamam uma estrutura e localização centralizada e aqueles que podem ser regionalmente desmultiplicados de modo autónomo.

Continuando a examinar e comentar as várias componentes da definição de um objectivo aparentemente tão simples como é a democratização, entramos em áreas mais polémicas e em que se desenham claras oposições conceptuais, designadamente em torno das relações entre a política cultural e o mercado ou da relação entre as noções de democracia e pluralismo.

Durante muito tempo, em amplos sectores da área cultural, existiu um preconceito anti-mercado e a crença numa incompatibilidade ou necessária oposição entre produção cultural e circulação mercantil. Se é provável que essa crença nunca tenha sido mais que uma mistificação ideológica é, no entanto, evidente que, ao longo das duas últimas décadas, se foi tornando óbvio que a cultura e indústria ou arte e mercado teriam que ser pensados em conjunto sob pena de nada se compreender da situação contemporânea e de, portanto, nela se não poder intervir eficazmente. Tornou-se claro para todos os agentes culturais que o mercado é uma dimensão decisiva da existência social de quaisquer bens culturais nas sociedades actuais e que, portanto, as dimensões mercantis da actividade artística têm que ser pensadas em articulação com as dimensões criativas sob pena de se abdicar da capacidade de ter qualquer intervenção cultural consistente e também, portanto, de fazer política cultural de um modo eficaz.

Acontece, porém, que, uma vez desmontado e superado o preconceito anti-mercado, algumas correntes de opinião adoptaram posições que parecem querer inverter a lógica anterior, transformando agora o mercado em critério único ou determinante de avaliação das práticas culturais e em eixo aferidor das políticas culturais. São posições que se colocam numa linha populista, em termos ideológicos, e tecnocrático-liberal em termos económicos, e que acarretam um forte empobrecimento, se não mesmo esvaziamento, do conteúdo da noção de democracia

cultural. É aquilo a que poderíamos chamar o terrorismo das audiências que, se levado às últimas consequências, acabaria por conduzir ao desaparecimento da política cultural.

De facto, uma política cultural que se subordinasse à estrita lógica do mercado e das audiências seria uma política cultural sem princípios nem valores, que se demitiria do seu papel estruturante do discurso e da prática política e do seu papel activo na construção da imagem que uma sociedade dá de si própria a si própria e ao exterior. Uma definição populista e mercantil do objectivo de democratização cultural condenar-se-ia à reprodução conservadora dos estereótipos de um gosto médio gerado por um quadro de formação cultural de base que, ainda para mais, no caso português, é consensualmente tido por muito limitado e deficiente, e anularia dimensões fundamentais de uma definição aberta e dinâmica da democracia cultural.

De acordo com uma concepção activa de política cultural, a prossecução do objectivo de democracia cultural, entendida de uma forma aberta e dinâmica, implica uma valorização e promoção do pluralismo – e designadamente das suas dimensões de inovação e experimentação, enquanto valores fundamentais para a transformação e dinamização criativa do tecido cultural e social global. Na via da afirmação da política cultural como elemento activo de criação de identidades adequadas ao devir da sociedade e do mundo contemporâneo.